



Conselho Municipal de Saúde  
do Rio de Janeiro

**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO  
CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE**

**Ref.: 10/12/2013**

Aos dez dias do mês de dezembro de dois mil e treze das quatorze às dezoito horas, no Auditório Meri Baran, Centro Administrativo São Sebastião/CASS, iniciou-se a reunião Ordinária do Conselho Municipal de Saúde, tendo como pauta proposta: **1) Deliberação das atas de 10 de setembro e 08 de outubro de 2013; 2) Deliberação dos processos: 09/008137/2012. Assunto: Habilitação do Serviço 06.36 - serviços hospitalares de referência para atenção a pessoas com sofrimento ou transtorno mental, incluindo aquelas decorrentes do uso de álcool e outras drogas. Hospital Universitário Pedro Ernesto - AP 2.2; 09/005401/2013. Assunto: Edital de Chamamento Público nº 003/2013, doenças neuromusculares - ref. Assoc. Fundo de Incentivo a Pesquisa - AFIP, AP 2.1; 3) Deliberação do processo: 09/005491/2013. Assunto: Projeto APL/SMS - Propostas de Arranjos Produtivos Locais no âmbito do SUS. Esclarecimentos - 30 minutos; 4) Eleição da Comissão Executiva e substituto do Presidente do Conselho Municipal de Saúde: 4.1 - eleição da Comissão Eleitoral (10/12/2013); 4.2 - aprovação do Regimento Eleitoral (10/12/2013); 4.3 - eleição da Comissão Executiva e substituto do Presidente do CMS (07/01/2014); 5) Comissões do Conselho Municipal de Saúde - 30 minutos; 6) Informes da Secretaria Executiva do Conselho - 10 minutos; 7) Informes do Colegiado - 30 minutos.** Sr. David Salvador iniciou a reunião dando boa tarde a todos os presentes, hoje, na reunião Ordinária do Conselho Municipal de Saúde do dia 10 de dezembro de 2013, realizada no Auditório Meri Baran no Centro Administrativo São Sebastião (CASS) na Rua Afonso Cavalcanti, 455 – Bloco 1 – 8º andar. Começando em segunda convocação às 14 horas e 30 minutos de acordo com o Regimento Interno deste Conselho com horário previsto da reunião ir até as 18 horas. Convidou para compor a Mesa responsável pela execução dos trabalhos, pela Comissão Executiva: o Sr. **Gilberto Souto da Silva** representando os usuários e o Sr. **Ludugério Antônio da Silva**, representando os usuários e, em substituição ao Presidente do Conselho, o Sr. **José Liporage Teixeira**, representando os profissionais de saúde e o Sr. **Rogério Marques Gonçalves**, representando os gestores da saúde. Passou a direção dos trabalhos ao Sr. Ludugério Silva. Sr. **Ludugério Silva** iniciou sua fala dando boa tarde a todas e a todos os presentes e disse que acreditava ser a última reunião de 2013. Prosseguiu dizendo que tinha avisado o Sr. David Salvador que iria quebrar o protocolo e pediu que a Plenária fizesse um minuto de silêncio em homenagem ao mestre Mandela. Ao fim do tempo, agradeceu e foi realizada uma salva de palmas para homenagear o legado de Mandela. Dando prosseguimento, Sr. Ludugério Silva pediu ao Sr. José Liporage que colaborasse na aprovação da pauta. Sr. **José Liporage** assumiu a palavra dizendo que o primeiro item da pauta era sobre a **1) Deliberação das atas de 10 de setembro e 08 de outubro de 2013** e perguntou se alguém gostaria de fazer alguma modificação. A Mesa entrevistou pedindo que fosse lido primeiramente a pauta como um todo para que fosse aprovada.

Iniciou-se então a leitura. Ao fim da leitura foi colocada em votação e aprovada pela maioria simples. Prosseguiu com o item **1) Deliberação das atas de 10 de setembro e 08 de outubro de 2013**, informando que todos haviam recebidos as atas por e-mail, ou melhor pessoalmente, na reunião anterior. **Sr. José Liporage** perguntou se alguém teria algum ponto para ser corrigido. Como não houve pedido de correção, as atas foram colocadas em votação. Em regime de votação pediu quem aprovasse as atas dos dias 10 de setembro e 08 de outubro de 2013 levantassem os crachás, os contrários e as abstenções. **As atas foram aprovadas pela maioria simples.** Seguiu para o item **2) Deliberação dos processos: 09/008137/2012. Assunto: Habilitação do Serviço 06.36 - serviços hospitalares de referência para atenção a pessoas com sofrimento ou transtorno mental, incluindo aquelas decorrentes do uso de álcool e outras drogas. Hospital Universitário Pedro Ernesto - AP 2.2; 09/005401/2013. Assunto: Edital de Chamamento Público nº 003/2013, doenças neuromusculares - ref. Assoc. Fundo de Incentivo a Pesquisa - AFIP, AP 2.1.** **Sr. José Liporage** disse que os processos foram encaminhados pela Comissão Executiva do Conselho Municipal de Saúde para a reunião de hoje com parecer favorável para aprovação. Esclareceu que antes foram aprovados nos Conselhos Distritais. Nesse momento, houve uma dúvida por parte do Conselheiro que solicitou esclarecimentos. Foi dada a palavra ao **Sr. Adelson, representante dos usuários da AP 4.0**, que assumiu a palavra dizendo que uma das coisas que o município paga e que diversas pessoas se culpam inclusive os Conselheiros é em determinado momento estarmos aqui aprovando processos sem ser dada uma vista. Disse que diversos Conselheiros reclamam e falam, mas devemos só acabar de falar e sentarmos aqui e ler os processos. Estamos simplesmente aprovando por aprovar ou não aprovando por não aprovar. Disse que chegou hoje mais cedo e foi ler os processos, sendo que um deles que é o terceiro processo, que não entra nos méritos das necessidades da população, mas entra no mérito de como aprovar o processo e, que não entraria no mérito se vai ser uma OS ou um ONG ou administração direta. Prosseguiu dizendo que não ser essa a discussão. Disse ainda que quando abre o processo tem o valor de 4 milhões de reais por 24 meses, tem a quantidade de atendimento, o valor de cada atendimento e o valor global. Contudo, nada mostra a origem dos números. Disse que procurou também a Resolução nº 3 que dá base a concorrência e também não achou. Passar pelo Conselho, significa que devemos passar pelos Conselheiros efetivamente para examinar esses processos e verificar a pertinência para votar aqui com razão. Ser contra ou a favor com razões e não por simpatias e antipatias, de acordo com os valores. Devemos ser contra ou a favor a partir de uma realidade que está escrita no processo. Disse ser esta a sua observação em relação a este processo e, que faltam dados no processo que justifiquem os valores. Qual é a base de quantos serão os atendimentos, por mês, ano ou durante este período de 24 meses. Não há uma base mostrando quantos são os inscritos nesse segmento em determinada região. Disse ainda que estaria se referindo ao segundo processo referente ao Chamamento Público. Foi dada a palavra a **Sra. Maria Clara, representante da ACADIM** iniciou sua fala dando boa tarde a todos e que como Conselheira representante dos usuários, disse que como Conselheira Municipal parte integrante de Doenças Neuromusculares e já esteve a possibilidade de relatar para este Conselho sua luta de 12 anos para conseguir implementar essa Portaria no município do Rio de Janeiro e que possa esclarecer ao Conselheiro de onde vem esta verba. Prosseguiu dizendo que esta é uma verba federal, destinada a Altas Complexidades, pois são crianças, adultos e principalmente adolescentes que estão morrendo por não receberem este equipamento. Disse que há 12 anos está na luta com ação no Ministério Público Federal e Estadual para implantar este Programa no

município do Rio de Janeiro. Disse ainda que está é a primeira vez que se conseguiu efetivar o contrato e que na verdade está esperando esta efetivação do contrato, e para isso depende da aprovação deste Conselho. Disse que gostaria de deixar registrado para os Conselheiros que mais do que uma causa de saúde pública está é uma causa humanitária porque morrer de parada cardiorrespiratória não desejaria nem para seu pior inimigo, porque é uma verba federal que está alocada no Ministério da Saúde esperando que alguma instituição se proponha a fazer este trabalho. Esta Fundação já executa este serviço há 8 anos em São Paulo e, a qualidade de vida dos doentes neuromusculares da cidade de São Paulo é mil vezes melhor que a do Rio de Janeiro. Aqui para conseguirmos que uma pessoa não morra é preciso entrar na Justiça e esperar de 4 a 5 meses que o juiz se digne a dar este aparelho a um doente neuromuscular. Quem não vivencia essa experiência, não sabe o que nós passamos. Disse que um paciente foi perdido no ano passado porque um juiz simplesmente pediu que o processo voltasse para saber se não havia um aparelho mais baratinho e, é um aparelho que não tem substituição. **Sra. Maria Clara** apelou aos Conselheiro para a questão humanitária e de saúde também porque é do interesse coletivo sim, pois a cada 2.500 nascimentos, 1 possui distrofia muscular congênita. Temos uma média de 8 mil pessoas que sofrem com distrofia muscular e existem outras doenças neuromusculares. Quem nunca ouviu falar de esclerose múltipla, todos esses pacientes necessitam deste equipamento. Pessoas que estão tetraplégicas precisam deste aparelho, não aprovar este processo é levar no mínimo 8 mil pessoas a morte. Finalizou dizendo que era apenas isso que gostaria de falar. **Sr. Marinaldo, representante do Sindicato dos Psicólogos**, iniciou sua fala dizendo o que está sendo colocado em pauta não é deixar de aprovar este processo, o que foi colocado pelo Sr. Adelson diz respeito à falta de informações suficientes dentro do processo para que se aprove ou não. Disse que ele não está entrando no mérito do processo. Que na realidade os processos chegam e não se tem, de fato, esta leitura. Disse que foi inclusive, um dos que colocaram que deveria ter vista desses processos que são aprovados no Conselho de Saúde. O que está sendo aprovado, significa também destinação financeira a prestador de serviço, não estamos entrando no mérito da necessidade do serviço. Disse ainda que considera necessário o serviço, até pela explanação. Finalizou dizendo que o processo que o Sr. Adelson quis dizer tem falhas, não na intenção de aprovar a necessidade que existe. **Sra. Edileuza, Conselheira da AP 2.1**, disse que deveria ser pensado com muito carinho, pois perdeu um neto com 3 anos e 5 meses e ele dependia deste aparelho fornecido pelo Ministério Público e, faleceu e não ganhou o aparelho. Disse para pensar mais sério no que a companheira está colocando e que vê em sua comunidade da Rocinha, a quantidade de crianças precisando de um aparelho deste e ser atendido em um Centro Especializado. Contou que tem uma criança que o pai se desloca para São Paulo pelo Ministério Público com hotéis e tudo o que tem direito porque ele brigou muito. E essa é a sua briga, e por isso se tornou Conselheira, para defender a causa. Pediu que por favor, pensassem com carinho. **Sr. Milton Lima, representante da AP 2.1** disse que como membro da Comissão Executiva da AP 2.1, este documento partiu desta distrital. As observações aqui apresentadas dá a impressão que os Conselheiros da AP 2.1 são irresponsáveis e que mandaram um processo que ninguém leu, ninguém sabe do que se trata. Sendo que não é possível fazer um documento esmiuçado com todo o histórico para colocar no processo porque ninguém tem tempo para ver e os processos são aprovados em massa. Ninguém irá ler ou fazer observação porque está em nome do tal hospital, ou de entidade que está vinculada ao governo. Quando são essas as entidades, não há observações. Salientou que muita coisa que é feita de verba para o governo é dinheiro jogado fora, não é executado. Disse

se admirar uma pessoa levantar uma questão deste tipo uma hora dessas no final da AP 2.1 sobre o que é ou não é esse processo. Agora vir em público denegrir a nossa participação no Conselho, acredita ser desproposital. Sendo que a AP 2.1 analisou toda a questão e nós apresentamos. Às vezes aparecem processos enormes e são aprovados sem ninguém questionar o que está aprovando. Algumas pessoas nem querem saber o que se trata. Agradeceu. **Sr. José Liporage, representante do Sindicato dos Farmacêuticos** disse que como tem muita gente de fora que não sabe como é o procedimento, gostaria de esclarecer como funciona. Disse que o processo normalmente na maioria das vezes, vai para a aprovação no Conselho Distrital da AP e já volta com o indicativo se já foi aprovado pela AP ou não. Dependendo do indicativo da AP, se o indicativo for positivo passa para a Comissão Executiva, pois existe uma avaliação da Comissão Executiva naquele processo. Depois da avaliação da Comissão Executiva, se for aprovado, fará parte da pauta que é informada para todos os Conselheiros. Como exemplo já teve dúvida em processo e veio ao Conselho pedir vista e ler. Então, quando se tem dúvida, temos o período de uma semana, para vim ler o processo. Os Conselheiros tem a inteira disponibilidade de vir ler. Estamos falando de saúde, de vida e de qualidade de vida. Disse que só esclarecendo porque viu que tem muitas pessoas de fora, o processo não está disponível só aqui agora. Desde o momento que o Conselheiro(a) recebe a pauta, pode vir tirar dúvida a qualquer momento. **Sra. Maria José Peixoto, representante do Sindicato dos Assistentes Sociais**. Disse que os Assistentes Sociais trabalham muito visando o lado social do indivíduo. Não se vê uma política que pense na vida. Quando a companheira se posicionou e como tem prática também de pessoas que sentem o drama do outro, porque nem sempre o outro terá as condições que uma pessoa tem, e precisa de um tratamento na rede pública ou credenciada que existe no próprio Sistema Único de Saúde, e o pior disso tudo é quando a gente não entende as necessidades deste indivíduo. O fato é, se o processo não está devidamente esclarecedor, mas que acreditava que sim, porque já foi Presidenta da AP 2.1 e aquele Conselho tem como prática trabalhar muito nos processos. Debruçasse no processo, o Sr. Milton Lima quando fala, pode ter a certeza que avaliou o processo na AP 2.1. Disse que sinceramente estava muito emocionada com as palavras da Sra. Maria Clara e do Sr. Milton Lima, e todos que já se posicionaram, respeitando as divergências, pois é preciso respeitar as diferenças. E é essa a melhor forma de viver um com o outro, não adianta você desrespeitar a diferença. Disse que pelo que olhou e conversou com os Conselheiros da AP 2.1, o processo está correto, é necessário e cabe a Plenária decidir que é o voto em relação a este processo. Se é um voto contrário e negativo, ou é positivo em favor de 8 mil pessoas que precisam deste equipamento, deste tratamento. Disse que neste momento não tem este problema, mas que não está isenta de ter qualquer problema como este. É só a gente pensar no outro e pensar no outro sabemos como é dolorido em nossa pele. Disse estar aguardando para dar o voto na hora certa. **Sr. Rogério Gonçalves** disse que o processo em questão é este que o Sr. Adelson levantou em questão de alguns pontos muito interessante. Disse que gostaria antes de falar um pouco sobre algo que não tem a ver especificamente com este processo e sim com a fala do Conselheiro Marinaldo. Prosseguindo, disse que o que acontece com estes processos depois que são encaminhados para os Conselhos Distritais e até o momento que este processo chega aqui. Todo o momento depois que o Conselho Distrital analisa, como lembrou o Sr. Milton Lima, que o analisou, fez uma visita, e neste processo no dia 19 de dezembro visitaram o local na Rua Paulo Barreto, 91 – Botafogo, analisaram tudo por uma Comissão composta por três membros do Conselho e o Sr. Milton Lima era um deles, e aprovou sem restrições. A conclusão termina dizendo para ser aprovado

sem restrições. A partir deste momento o processo retoma a Secretaria Executiva do Conselho Municipal e é encaminhado para a Comissão Executiva. Na Comissão Executiva como todos os senhores sabem que é uma Comissão paritária, este processo é novamente analisado. Verificamos todo o processo e da aprovação que mereceu do Conselho Distrital, nós o reavaliamos e passando pelo crivo da Comissão Executiva, não foi um caso e nem dois, mas uns vinte casos, em sua participação na Comissão Executiva de mandarmos o processo de volta ao Conselho Distrital para nova análise, uma averiguação mais profunda. Isso não é raro de acontecer. E o próprio Conselho Distrital faz isso, manda de volta para a SURCA (Superintendência de Regulação, Controle e Auditoria) aqui na Secretaria para que seja fundamentado melhor. Se este processo passou pela SURCA, pelo Conselho Distrital e pela Comissão Executiva, é porque está pronto para vir para a nossa decisão e deliberação. É claro que isso não impede o direito que o Sr. Adelson exerceu muito bem hoje, de analisar o processo e levantar dúvidas. Nessas dúvidas o que me recordo, primeiro porque está privilegiado para falar deste processo porque conversou antes de começar o Colegiado e foi lhe dada à informação, está previsto o atendimento de 32 pacientes continuamente, 1 em atendimento de assistência domiciliar e 31 com disponibilização do ventilador volumétrico. E este é o mínimo apresentado na proposta, os recursos giram na ordem de 941 mil reais para o primeiro ano e de 2 milhões 902 mil reais para o segundo ano, perfazendo 3 milhões 844 mil reais. Algumas coisas marcadas por ele sobre esse processo, das folhas 11 a 14 tem toda a descrição do que nesse local, nesse tratamento de doenças neuromusculares, tem que ter como por exemplo, consultório médico, de fisioterapia, de profusão, de banheiros adaptáveis, de guardas de prontuários, de estetoscópio, espirômetro, oximêtro, outros equipamentos que não saberia explicar o que é, esfignomamômetro, cilindro de oxigênio, entre outras coisas. Disse que está bastante explicado no processo. Para concluir, disse que a Superintendência da Secretaria julgou AFIP apta para seguir no chamamento público, apta para prosseguir no processo seletivo visto que apresentou toda a documentação exigida no edital, tendo então passado no crivo bastante sério com a aprovação da SURCA. Foi publicado no dia 14 de novembro o prosseguimento dela e foi encaminhado para cá com o seguinte despacho: “Tendo em vista tratar-se de um novo credenciamento, isso é, unidade não integrante do SUS, submetemos o presente processo ao Controle Social conforme estabelecido na legislação em vigor”. Foi encaminhado para o Conselho, acompanhado de toda a documentação que acabou de dizer. O Conselho Municipal inseriu a ata com duas folhas do Conselho Distrital de Saúde onde a aprovação foi bastante interessante: “Este Conselho Distrital após visita a instituição e aprovação em Plenária do Relatório de Visita e ata da reunião que está em anexo, pronuncia-se absolutamente a favor do credenciamento em questão.” Disse que em anos no Conselho nunca viu uma aprovação com esta ênfase, absolutamente a favor. Normalmente nas aprovações são mais utilizados os termos: nada temos a opor, aprova-se. Mas nunca havia visto este texto. **Sr. Adelson** disse que iria responder aos 4 questionamentos, primeiramente a crítica que fez ao processo, informou que faria a todos, não diz respeito à necessidade ou não dos programas de saúde, ao contrário mesmo sendo contra alguns processos, respeita e entende que efetivamente as falhas e omissões em relação ao atendimento à saúde pelo SUS na cidade do Rio de Janeiro. O que colocou na realidade e que quando se começa a examinar os processos são literalmente falhos, e não questiona as necessidades efetivas da população. Concorda plenamente que deva se ter todos os serviços não importando se o atendimento vai ser no público, privado ou em uma organização social, não entra no mérito, o que importa é que a população seja bem atendida. A resposta em relação à visita dos Conselheiros da AP 2.1, disse que

não era obrigado a concordar com a visitação de ninguém. Na medida em que estava falando do processo e das informações contidas nele. Se for pegar o parecer da visitação, diz apenas dos aspectos físicos, endereço em Botafogo. E que não estava discutindo aspectos físicos de endereço em Botafogo, disse que são 3 milhões e 800 mil reais nesses 24 meses. Se formos entrar nas páginas das planilhas de despesas mensais. O que está faltando na planilha são os valores e a descrição de quantos atendimentos seriam realizados por mês. Sem entrar no mérito da quantidade e dos valores porque acredita ser muito pouco o valor pago para o atendimento, quais são as bases e os dados quando se faz um projeto desta natureza. A Prefeitura está no quinto ano de gestão, e possui um cadastro enorme, e poderia oferecer. Aparecem alguns valores estimados. Disse que foi colocado o número de 8 mil pessoas com necessidade deste tratamento, mas se você procura no processo não tem uma informação sobre onde estão essas pessoas, em que AP. Na realidade, são essas as questões, não é sobre a necessidade, não é sobre A ou B que serão contratadas, não é sobre o valor que vai ser pago por este ou aquele atendimento. O que está sendo colocado é que os processos chegam com os valores e não se tem uma base que possa se afirmar verdadeira. Na última Plenária se aprovou o Plano Anual da Vigilância Sanitária e argumentos se as pessoas tinham visto os valores. Isso é um absurdo. Prosseguindo, disse que pelo que se propõe a fazer esse valor é pouco. Pelo parecer da AP 2.1 é pura e simplesmente sobre o aspecto físico, informando às salas que possuem. Seria muito mais porque nas salas deverão ter estes equipamentos para serem utilizados ou ventiladores. Disse que não iria entrar no mérito se há ou não necessidade. Agradeceu. **Sr. Ludugério Silva** disse que ainda tem uma apresentação para ser feita na pauta e que duas pessoas se inscreveram e estão insistindo em falar e que estaria encerrada as inscrições com a fala do Sr. Roque, já que a outra pessoa desistiu da inscrição. **Sr. Roque, representante e Presidente da Associação dos Renais Crônicos**, disse que estava sentado e sinceramente chegou a se emocionar com a fala porque já passou por este problema. É paciente renal e sabe que é complicado. Se for transplantado é pior ainda. Disse que fica estarecido consigo mesmo por não conseguir entender o que o companheiro queria. Ele falou, falou e não conseguiu ser entendido. E afirmou que independente de qualquer coisa e de quem quer que fale, a Plenária que vai responder com o seu voto. Independente de ver o processo ou não quem vai responder é a Plenária, se for aprovado acabou. Pediu a Mesa levar para deliberar para que a Plenária faça a sua parte. **Sr. José Liporage** retomou dizendo que como proposto inicialmente, iriam fazer a votação dos processos em separado. O primeiro processo **09/008137/2012. Assunto: Habilitação do Serviço 06.36 - serviços hospitalares de referência para atenção a pessoas com sofrimento ou transtorno mental, incluindo aquelas decorrentes do uso de álcool e outras drogas. Hospital Universitário Pedro Ernesto - AP 2.2**, em processo de votação quem aprova este processo levantem os crachás, quem não aprova e as abstenções. **O processo acima foi aprovado por pela maioria simples.** Agora vamos a votação do segundo processo que causou todo este debate, o processo **09/005401/2013. Assunto: Edital de Chamamento Público nº 003/2013, doenças neuromusculares - ref. Assoc. Fundo de Incentivo a Pesquisa - AFIP, AP 2.1.** Em processo de votação levantem os crachás os que são a favor, os contrários e as abstenções. **O processo foi aprovado pela maioria simples.** Seguiu para o item **3) Deliberação do processo: 09/005491/2013. Assunto: Projeto APL/SMS - Propostas de Arranjos Produtivos Locais no âmbito do SUS.** Esclarecimentos. Informou que a Mesa mudará de lugar para a apresentação em Data Show. Apresentou-se dando boa tarde a todos a **Sra. Helena, representante do Programa de Práticas Integrativas e Complementares**

**composta pelo Tai Chi, Medicina Tradicional Chinesa, Práticas Corporais, Plantas Medicinais e Fitoterapia**, dizendo que o município responde pelas Plantas Medicinais e Fitoterapia. Disse que na verdade iria apresentar o Projeto sobre Plantas Medicinais e Fitoterápicas com o nome de Arranjo Produtivo de Plantas Medicinais e Fitoterápicas para atender aos usuários do SUS nos municípios da Região Serrana do Rio de Janeiro. Informou que será rápida porque achava que teria 40 minutos para falar mas viu na pauta que são 30 minutos no total. Em 2006 foi lançado pelo Ministério a Política Nacional de Plantas Medicinais. Em dezembro de 2008 foi criado o Programa Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicas. Esse programa tem várias diretrizes e várias cadeias no setor de Plantas Medicinais e, uma delas é no SUS. Desde então o Ministério vem incentivando o uso de plantas medicinais e fitoterápicas pela população brasileira. O primeiro edital que o Ministério lançou para financiar as ações de plantas medicinais foi em abril de 2012. Mostrou no slide a definição de fitoterapia: terapêutica caracterizada pelo uso de plantas medicinais em suas diferentes fórmulas farmacêuticas sem a ativação de substâncias ativas ainda que de origem vegetal. Ou seja, não pode haver nenhum produto químico alopático dentro da composição de medicamentos de plantas medicinais porque deixaria de ser fitoterápico para ser alopático. Em 26 de abril de 2012 o Ministério da Saúde lançou o primeiro edital no setor de plantas medicinais como Seleção de Propostas de Arranjos Produtivos no âmbito do SUS como uma Política e Programa Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicas. Esse edital tornava obrigatório que os gestores de recursos teriam que obrigatoriamente ter a Secretaria Municipal, Estadual e Distrito Federal e deveria formar parcerias para que se pudesse participar do edital. Três anos antes, os integrantes do Projeto vinham discutindo no FarManguinhos do Instituto Vital Brasil a possibilidade de fazer uma parceria para submeter projetos a órgãos de fomentos. E viram nesse edital a possibilidade de concretizar essa parceria, este Projeto também não mencionava a necessidade de apresentar o projeto para o Controle Social. Disse que por inexperiência deles da área técnica não pensaram que por não ser obrigatório, deveriam passar pelo crivo do Conselho Municipal de Saúde. Da mesma forma que o Conselho foi o primeiro a dar o “ok” para o Ministério da mesma forma que o Ministério lançou o primeiro edital sem essa obrigatoriedade. Este ano foi lançado um outro edital que tornava obrigatório a apresentação e aprovação do Conselho Municipal de Saúde antes de participar do edital. Em junho de 2012 saiu o resultado dessa seleção. É um valor transferido do Fundo Nacional de Saúde para o Fundo Municipal de Saúde. Foram 42 municípios participando deste processo de seleção, onde 12 foram selecionados. O Rio de Janeiro entra com mais recurso porque coordena toda a cadeia produtiva de plantas medicinais, desde o cultivo através da agricultura familiar até a produção, passando pelo beneficiamento das plantas, pela produção dos fitoterápicos manipulados chegando aos fitoterápicos industrializados através da parceria FarManguinhos e o IVB. Foi sentido que a importância deste Projeto está na consolidação da assistência farmacêutica em nosso município. Este Programa oficialmente existe há 21 anos, tem-se feito não só a questão da indústria farmacêutica, mas também ações de educação e saúde com usuários do SUS. O Programa tem 540 usuários envolvidos em suas ações, desenvolvendo a promoção da saúde através das plantas medicinais. Não se tem uma verba carimbada do Ministério para fazer as nossas ações, viu-se através desse Projeto a possibilidade de implementar e consolidar a fitoterapia no município. Na discussão no início do Projeto na parceria com a FarManguinhos, nos foi proposto por eles a participação de agricultores familiares de Nova Friburgo no Projeto. Pela tradição de Nova Friburgo nessa agricultura, aliada também ao que passaram por lá com os desastres ambientais, viram uma possibilidade de iniciar o cultivo das plantas medicinais em

Nova Friburgo. Desta forma tivemos como parceiro três associações de agricultores familiares, os quais estão presentes os representantes. O objetivo deste Projeto é ampliar a assistência farmacêutica, gerar trabalho e renda ao eleger agricultores familiares para o cultivo de plantas medicinais melhorando a qualidade de vida dos agricultores, população rural. Articular a atuação de parceiros visando atender as necessidades da saúde pública identificadas. Fazendo um parêntese, o que aconteceu foi que não foi iniciada a execução de Projeto que tem duração de 18 meses e que receberam em dezembro um e-mail do Ministério informando para que ele fosse prorrogado teria que ser submetido ao Conselho Municipal de Saúde. Foi um desespero porque não haviam apresentado e se perguntaram como haveria aprovação sem a apresentação, foi bem complicado. Então resolveu apresentar o Projeto que está inteiro no processo e abriu espaço para dúvidas. Esse dinheiro não é do município, ele veio do Fundo Nacional para desenvolver este Projeto, se não conseguirmos executar este Projeto o dinheiro volta para o Ministério da Saúde e pediu que avaliem a situação. Os impactos positivos deste Projeto é desenvolver produção de plantas medicinais, consolidar a fitoterapia na assistência farmacêutica, promover a qualificação de profissionais de toda a cadeia produtiva. Tem-se o cultivo tradicional das orquídeas, mas o cultivo de plantas medicinais requer cuidados e técnicas diferentes do plantio de orquídeas. A questão de qualificar os farmacêuticos com relação ao fitoterápicos e principalmente, os prescritores que ainda hoje se vê uma resistência dos profissionais a prescreverem plantas medicinais ou mesmo medicamento fitoterápico. Muitas vezes prescrevem a “garra do diabo” que é muito utilizado hoje para reumatismo, mas nem sabem que estão prescrevendo uma planta medicinal. As instituições parceiras, com a Secretaria Municipal de Saúde como gestora do recurso, o Instituto Ibelgo que é uma unidade de escola agrícola, o Instituto Vital Brasil que todos conhecem com seu laboratório oficial, a Biotec, FarManguinhos e as três associações: Aprosta, Aprove e Prozac que são associações de agricultores familiares. Disse que estão aprovando as metas, e que não irá detalhar cada uma delas mas perpassa pela seleção das espécies, propagação na área de cultivo com todo o controle de qualidade de todas as etapas da produção, chegando ao sachê de plantas medicinais para a produção dos chás, fitoterápicos manipulados e os industrializados. Chegando então irão produzir através deste Projeto em torno de 500 mil unidades farmacêuticas de fitoterápicos. Trouxe o plano de aplicação consolidado com um total de 1 milhão e 59 reais usados na contratação que na verdade são bolsas para os profissionais que irão atuar, em pessoas jurídicas que são as terceirizações que irão precisar, material de consumo e os equipamentos. O total é de 1 milhão e 59 reais disponibilizados pelo Ministério e depositados em dois anos. Disse que gostaria de chamar a Sra. Isaura que é psicóloga e atua em Nova Friburgo na questão da orientação social dos agricultores. **Sra. Isaura, psicóloga especialista rural**, disse que trabalha há muitos anos nessas comunidades e distritos que reúnem 14 associações de agricultores responsáveis pela maior produção de alimentos do Estado do Rio de Janeiro e a segunda produção de alimentos do Brasil. A nossa parceria com a Secretaria Municipal de Saúde se deve ao fato de que nós já tínhamos intenção de desenvolver o Projeto da medicina oriental e foi uma oportunidade de estar fazendo uma mudança de paradigma na produção agrícola. Gostaria de falar especialmente sobre o que representa este momento, na verdade estão diante do momento histórico, nosso país é totalmente dependente de matéria prima para produção de fitoterápicos. A região do Alto Rio Grande pelo clima, pela temperatura e pela qualidade dos produtores que tem lá com 200 anos de experiência em agricultura, agricultura não é uma coisa que implantamos da noite para o dia, esses agricultores que atuam lá acordam de madrugada para fazer a colheita na hora certa, dormem

tarde, não tem sábado nem domingo. E a produção de plantas medicinais não pode se submeter a uma experiência aonde não existe um comprometimento de quem vai fazer esse cultivo. O momento que está se vivendo é muito importante porque 85% da produção de matéria prima é importada, não somos autossuficientes, de forma que qualquer crise que houver no mundo, ficaremos sempre dependentes de importar medicamentos. Nosso bioma tem uma qualidade muito grande, 21% dos biomas mundiais estão presentes no Brasil. E não temos a expertise da produção de medicamentos. Disse que sua vinda a apresentação de hoje foi para pedir ao Conselho que os ajudem nesse Projeto porque encontram muitas dificuldades, estão trabalhando há um ano com os agricultores que, são mulheres que estão na linha de produção, temos 60 mulheres cadastradas, todas da agricultura familiar e com documentos de aptidão do PRONAC que comprova se tratar de uma agricultora familiar. São pessoas que estão motivadas, disseram que não pode absorver todas elas neste momento, por se tratar de um momento crucial de aprendizagem. Não é só um momento de produção embora vá existir uma produção. É o momento de capacitar tecnologicamente esses agricultores para que eles possam produzir uma matéria prima de qualidade. Disse que gostaria de convidar o Sr. Marcio Pimentel que é um colega que trabalha com inspeção rural há 31 anos na região, com quem vem desenvolvendo este Projeto. Disse que tem uma apresentação em Data Show, mas que o tempo é pequeno e não sabe se dará tempo de passar. Afirmou que não quer roubar o tempo do Conselho, sabe que tem outras questões. O seu apelo é que se não puderem prorrogar o Projeto e começar a execução do mesmo, o desenvolvimento dele, teremos duas crises importantes, a primeira é a perda da credibilidade junto a esses agricultores que estão altamente motivados a participar do processo. A segunda crise é que iremos ficar numa situação muito constrangedora diante dos órgãos governamentais federais que fizeram um investimento desta envergadura, por se tratar de um momento tão importante onde podemos estar conquistando a nossa autonomia no nosso país. Temos ainda dois aspectos importantes, um em questão da autonomia de matérias primas para produzir medicamentos; o segundo é a questão da mudança de paradigma na agricultura, a produção de plantas medicinais exige uma responsabilidade com a qualidade do produto final que é extrema. Não pode ter traço nenhum de agrotóxico e nenhuma substância estranha. Esses agricultores, que hoje produzem nossos alimentos, forçados pela demanda altíssima, usam insumos que comprometem inclusive sua saúde e estarão entrando em contato com outra forma de agricultura. A produção agrícola não vai ser feita na mesma área da agricultura tradicional, a produção de plantas medicinais ficará apenas na Idelga. Disse que vai pedir ao Sr. Marcio para falar sobre isso por ser um profundo conhecedor da região. Disse que se surgir necessidade, passaram os slides para explicar melhor, mas acredita que estão com várias questões para resolver ainda. **Sr. Márcio** assumiu a palavra dizendo o que esperavam realmente, é que consigam enxergar esse Projeto, essa iniciativa da mesma forma que nos enxergamos na nossa região. Na região dos produtores, um eixo muito grande dentro deste país da produção estrangeira. Sendo um Projeto pioneiro teve todas as dificuldades que os projetos pioneiros tem. Primeiro algumas lacunas do edital que não foram preenchidas e que depois foi preciso rediscutir. Algumas coisas que o próprio encaminhamento do Projeto precisou redefinir, inclusive o papel de cada instituição e de cada momento do Projeto. Tudo isso foi sendo revisto e tomou um tempo realmente grande. O próprio Ministério já corrigiu este edital, remetendo agora para o Conselho Municipal de Saúde logo no início para que se possa caminhar com mais suavidade e segurança. E outras lacunas foram resolvidas inclusive em questão de tempo. Os próximos editais virão com um tempo maior porque agricultura não tem essa estabilidade que

se encontra na indústria, por exemplo. Agricultura depende de tempo e de toda a sorte de fatores naturais e como todos sabem sofreram com o acidente que pode ser considerado a primeira evidência das mudanças climáticas no planeta. Um acidente de tamanho muito grande, estamos nos recuperando com muita dificuldade. Mas este Projeto representa sobretudo, uma oportunidade que está sendo dada a aqueles agricultores de praticar uma agricultura que não se utiliza desses insumos modernos que são verdadeiros venenos que contaminam nossos alimentos aqui no Rio de Janeiro. Temos espaço para isso, temos cerca de 220 mil hectares ocupados e temos mais hectares que podemos ocupar, porque é uma ocupação centenária. Começamos com essa ocupação há 200 anos atrás. Tem-se então o agricultor preparado para produzir isso e o clima de altitude tropical que é capaz de desenvolver os mais variados tipos de plantas, até plantas européias. Era só isso que desejam, que se enxergue o processo como oportunidade de darmos um passo adiante de uma luta a que não começa neste processo mais sim há décadas e décadas atrás, de estudos que vem defendendo a ponto de transformar em política nacional e que hoje pode-se dar um passo, em um Projeto que gasta 50 mil reais por mês, considerado barato e que vem se desenvolvendo sem gastar nada ainda deste recurso, está se mantendo com recursos próprios das instituições que apoiam. E não só as instituições que estão incluídas da APEA, mas instituições do governo como a dele que é funcionário chefe da estrutura local com projeto de pesquisa dentro desta área, próximo da Instituição Idelga que é integrante do nosso APEA. É um Programa Rio Rural, do Governo do Estado, que apoia o pequeno agricultor familiar. Disse então que tem os cercando, diversas estruturas que os apoiam e os trouxeram até aqui. E que depende da confiança dos senhores a avaliação e que o Ministério está revendo os seus conceitos e nos pediu que viéssemos aqui pedir a aprovação para a continuidade do Projeto que já fora anteriormente aprovado. O que está nas mãos do Conselho é a continuidade desta ideia, disse que aprovando continuaram com o Projeto e estarão voltando em outro momento para apresentar resultados. **Sra. Helena** disse que gostaria de apresentar algumas pessoas que esta presente representando as parcerias, **a Sra. Isaura que já foi apresentada, a Sra. Maria do FarManguinhos, a Sra. Celina, a Sra. Maria Inês e a Sra. Ilma** que são agricultoras dessas associações. Nesse momento, a Plenária aplaudiu as agricultoras, o **Sr. Cláudio, a Sra. Selma que nos dá apoio aqui na Executiva do Rio de Janeiro, a Sra. Giovana responsável pela Farmácia de Manipulação de Fitoterápicos no Rio de Janeiro situada no Hospital Raphael de Paula Souza em Jacarepaguá**, e alguns dos integrantes deste Projeto. Em Nova Friburgo temos outros parceiros, mas a dificuldade de transporte impediu a vinda de todos, a Prefeitura de Nova Friburgo cedeu um transporte para que conseguissem vir esta equipe. E, em nome do IVB, pediu desculpas porque não puderam estar presentes devido a outro compromisso. Agradeceu a atenção. **Sr. Ludugério Silva** perguntou se estavam todos contemplados para votar, ou se alguém gostaria de se inscrever para mais esclarecimentos. Houve então abertura de inscrições para dúvidas. Disse que durante a fala do primeiro encerraria as inscrições. Agradeceu a vinda dos parceiros. **Sr. Adelson** disse que esses são processos que também teve oportunidade de olhar. Não questionava a importância da fitoterapia até porque se pensarmos na história do Brasil em termos de remédios, iremos ver que a flora medicinal em determinado momento existia no Brasil e que se correremos o Norte e Nordeste principalmente, veremos que a medicação é em cima ainda da flora medicinal. Então não é contra, pelo contrário, é contra a essa alopátia maluca que faz mais mal do que bem. O que causou a observação e que chamou sua atenção é que um Projeto do município, mas que seus parceiros são todos do Estado do Rio. É só pegar que verá que não são do município, sejam os plantadores e as

associações principalmente em Nova Friburgo, sejam os laboratórios que irão processar os remédios, são dois laboratórios particulares localizados em Niterói. O que lhe causou mais estranheza é que no município do Rio de Janeiro existe hospital com farmácia de manipulação de fitoterápicos que manipula pelas vias dele e fornecia diversos remédios e chás a diversos ambientes. Existem agricultores no município que já faz há muito tempo cultivo de plantas medicinais em Vargem Grande, Vargem Pequena e outras localizações. E que na realidade algo encabeçado pelo município, onde se tirando a FarManguinhos o município não apresenta nada disso e nem se quer insere neste contexto o laboratório do Hospital Raphael de Paula Souza. Esse hospital tradicional, antigo que tem o laboratório há mais de 50 anos. Disse que foi isso lhe chamou atenção. Não sobre a questão do valor e se disse solidário a todos os agricultores seja de Nova Friburgo e Teresópolis que sofreram muito com as chuvas, mas estranha à forma que é conduzida o processo. Tem uma contrapartida municipal de 803 mil reais, o processo na verdade tem valor aproximado de 1 milhão e 800 mil reais. O valor gasto é pequeno para atingir o que foi proposto. Mas questiona porque o município está tocando um Projeto onde o beneficiário não é o município, independente da importância e da necessidade de outras regiões. Por termos um hospital com unidade secular voltada a fitoterapia que está largada e abandonada. **Sr. Alessandro Motta, representante do Conselho Distrital da AP 3.3**, disse que em setembro passado como representante da Igreja Católica no Conselho foi a São Paulo na Pastoral da Saúde onde foi apresentado as práticas integrativas e o Sul do Brasil é um avanço monstruoso e estamos anos atrás do Sul do Brasil. Algumas dúvidas ficaram, perguntou se irão usar cápsulas, pílulas, xaropes, chás e tudo isso que integra as práticas. Quem vai fiscalizar este processo. Como vai ser a implementação na ponta, nas Clínicas da Família, nos Hospitais, quem irá tomar conta dessa implementação. Quem irá treinar os médicos para eles prescreverem esses elixir, xaropes, esses chás. Porque sem isso não adianta a produção sem ter demanda, se não tiver demanda não adianta produzir. Essas são as perguntas. Disse que entregue um papel com as perguntas para que ficasse mais fácil de responder. **Sr. Geraldo, representante e Presidente do Conselho Distrital de Saúde da AP 5.3**, dizendo que sua fala será sobre a questão da área rural que existia em nosso município situada em sua região que não existe mais, devido à situação imobiliária do Programa Minha Casa Minha Vida. Disse ser um dos precursores que motivou a vinda dos Senhores porque existia na Comissão Executiva várias dúvidas de conhecer os responsáveis para saber se essa verba irá chegar na ponte. Disse que ficou feliz em ver os agricultores presentes que são as pessoas que mais trabalham para fornecer essa matéria prima. Que está feliz também pela FarManguinhos que vai construir na Região de Santa Cruz o maior laboratório de produção de remédios. E, dizer que realmente sabemos muito bem que poucas pessoas tem acesso a esse tipo de medicina, a área dita como produtora, essa matéria prima era vendida para as farmácias de manipulação e nem todos os usuários do SUS tem condições de pagar aquelas fórmulas que são pedidas na farmácia de manipulação. Disse que sabe muito bem porque vivenciou isso na sua região, as pessoas forneciam a matéria prima e chegava o farmacêutico que iam comprar a produção daqueles pequenos agricultores que cultivavam esse tipo de planta. É muito estranho quando se questiona aqui no Conselho sobre números e valores, já que números e valores são discutidos no Tribunal de Contas que visita os Conselhos. Disse que periodicamente recebe a visita no Conselho Distrital da AP 5.3 para questionar valores e viu que a importância deste tipo de medicina, hoje, é que não aguentamos mais ficar vivendo de novalgina, dipirona, benzetacil e de outros remédios que estão nos deixando cada vez mais doentes. A motivação de pedir a presença dos

senhores aqui é justamente isso. Que esta medicina seja implementada de forma adequada para que chegue na ponta em cada usuário do SUS para que tenhamos realmente uma melhor qualidade de vida. Agora quanto aos valores, fiscalização, credenciamento temos que ir a órgãos maiores que possam nos esclarecer e nos trazer essas informações de como realmente está sendo feito esse trabalho e a fiscalização para saber se esses são os serviços que as pessoas se propuseram a oferecer. Agradeceu e deu boa tarde a todos. **Sra. Maria José Peixoto** retirou sua inscrição. **Sr. Mauro** iniciou sua fala dando boa tarde a todos. Disse que a sua pergunta é a seguinte e que foi lembrada pelo Sr. Adelton, se é um Projeto do município do Rio de Janeiro, porque a aplicabilidade é em outro lugar. Haja vista que temos agricultura familiar aqui no Rio e como lembrou o Sr. Geraldo, a área da Zona Oeste foi um grande setor agrícola, mas infelizmente no retrocesso desta cidade o Prefeito abnega isso, dizendo que esta cidade é urbana. Quando na verdade ainda há muita produção na Pedra Branca. informou que conhece um projeto maravilhoso, e que não estaria negando a eficácia desse Projeto, e o sucesso, disse que conhece a Sra. Sandra da FIOCRUZ e do PROFITO, pois temos agricultores da Zona Oeste neste Projeto e queremos que nossos agricultores tenham também esse espaço. Perguntou se a aplicabilidade será com produção orgânica ou agroecológica, porque acabou de ser aprovada em Brasília o PNPA (Plano Nacional de Produção Agroecológica). Disse que queria cobrar o porquê. E, que pode responder ao Sr. Adelton quando ele pergunta onde estão os agricultores cariocas, aqui diz que a produção é feita na Fazenda Modelo e sabemos que a Fazenda Modelo está sucateada, que o nosso Prefeito abandonou a fazenda, que fechou a ECAF (Escola Carioca de Agricultura Familiar), na Fazenda Modelo em Guaratiba e não se tem mais nada. Onde está havendo essa produção, vai ter aplicabilidade, vamos ter no município ou vamos vivenciar este retrocesso de um Prefeito dizendo que esta cidade é urbana. Afirmou que esta cidade é uma cidade periurbano, é agrícola, temos muita produção no Vale do Mendanha com muitos agricultores e também no Maciço da Pedra Branca. Disse que conhece a agricultura, e conhece o Projeto de medicina produtiva do lado de Vargem Grande e da Barra, no alto do maciço e não estamos vendo isso. Queria então saber da aplicabilidade e se os agricultores cariocas irão estar inclusos neste Projeto. **Sr. José Liporage, representante do Sindicato dos Farmacêuticos da cidade do Rio de Janeiro**, disse o que queria falar é que leu o Projeto e que é um Projeto, em sua grande parte, de educação. Educação para a equipe multiprofissional de saúde. E quando se fala de assistência, até da assistência farmacêutica estamos falando de equipe multiprofissional composta por médicos, enfermeiros, farmacêuticos, fisioterapeutas, técnicos e que pelo que viu terá uma educação continuada de todo o grupo de produção de plantas, de qualificação e tudo isso. Disse que acha importante colocarem que a produção que já possui no município do Rio de Janeiro é muito maior do que este Projeto e, é muito mais antiga. Quem trabalha com a fitoterapia sabe que o Projeto irá pegar só parte dos produtos que já são feitos no Rio de Janeiro. Falou que os viu até com alguns produtos, que não foram mostrados que é do município. Em 1986 quando entrou na faculdade já tinha uma parte da produção com o professor Gilberto com outros produtos para serem feitos. Acredita que a maior parte deste Projeto será sobre educação, educação dos profissionais de saúde desde a produção, da prescrição a dispensação correta. O uso nacional de medicamentos, uma parte da educação dos produtores e que seria interessante repetirem e complementarem o que será feito. Esclareceu que a grande indústria que está indo para a Santa Cruz é a BioManguinhos e não a FarManguinhos. A FarManguinhos tem uma parte que fica em Manguinhos, uma parte em Jacarepaguá e outra parte de produção de plantas para pesquisa na Pedra Branca. Lembrou que como estão falando de determinadas

espécies de plantas medicinais, iremos depender do tipo do solo, e do tipo do clima. E que dependendo do que for escolhido para utilizar no Projeto, o clima e o solo irá direcionar a uma região. Outra coisa muito importante é que estamos falando em defesa do município do Rio de Janeiro, mas a parte da educação será ao todo. Os critérios que o Ministério avalia o Projeto é sua multiprofissionalidade e sua integração com várias entidades diferentes, inclusive em regiões diferentes. **Sr. José Antônio Alexandre Romano, representante do Sindicato dos Médicos** disse que o Conselho Municipal de Saúde tem que questionar todo e qualquer projeto e que infelizmente esse governo municipal de uns tempos para cá, não está passando alguns projetos, especialmente os da Saúde da Família por OS, neste Conselho. Provavelmente se tivesse passando por aqui, não veríamos o desastre que vimos no domingo que passou, no Programa do Fantástico, achar que o estado da Bahia e o do Rio de Janeiro tem a mesma matriz política e ideológica do Projeto de Saúde da Família. Pensando em valores, primeiramente se o médico tiver o fitoterápico disponível ele irá prescrever, porque essa é a prática de hoje na rede básica. Só que não temos, e não temos porque existe preconceito concreto dentro da gestão com as práticas alternativas, com as práticas de fitoterapia que não geram lucro para as indústrias macros dos equipamentos que sabemos que tem os atravessadores como foi exposto no Programa do Fantástico. E isso, concretamente não vale a pena e a gestão pública não tem dado ênfase nessa questão. Infelizmente porque um país com uma biodiversidade dessa, em que outros países estão aqui tentando roubar a nossa biodiversidade, e o Brasil continua não investindo nisso. Percebe-se nesse processo que é pouco dinheiro e acha absurdo a Secretaria Municipal de Saúde ter demorado trazer esse Projeto para cá. Disse que a culpa não é dos que vieram fazer a apresentação, a culpa é da Secretaria de Saúde que não vê esse Conselho com a importância que ele tem. Até que chega a hora que o Ministério exige mesmo que é o papel do Ministério como órgão regulador do Sistema de Saúde e pergunta onde está o processo que era para ser aprovado. E então, vemos o que está acontecendo aqui, hoje. Disse para ficarem tranquilos porque é prática diária desta Secretaria achar que este Conselho não tem que ser ouvido e nos apresenta o Projeto em cima da hora e ficam os senhores pagando o “pato”. O “pato” é o Presidente deste Conselho que é Secretário de Saúde deste município que sabe muito bem os prazos, que os projetos chegam de Brasília quase um ano antes e se foram ver já tem meses que isso está sendo gestado, porque o parto não começou agora não. Só que o Presidente deste Conselho não assenta nesta Mesa, nunca aparece e manda para nós já no gargalo, com o Conselho tendo que aprovar para que o dinheiro não volte para Brasília. Nós vamos aprovar porque achamos importante para o povo, mas concretamente achamos que é pouco dinheiro, e sabemos claramente que não há interesse nas questões populares dentro desta Secretaria. **Sr. Marinaldo** passou sua inscrição para o **Sr. Adelson** dizendo que muitas outras falas, de alguns Conselheiros levam para outro lado como se estivéssemos falando em coisas que estariam no âmbito do Tribunal de Contas, da Controladoria e não em relação aquilo que o Conselho deve debater. Disse que sua colocação em relação a esse processo não diz respeito a seu conteúdo, ou seja, ao grau da importância da fitoterapia, ao grau da importância da nossa medicina tradicional, mas sim da forma como é feita. Das duas grandes questões, também não é das parcerias que deva existir, mas sim de duas coisas fundamentais. Primeiro, a forma como foi colocado de escanteio o laboratório fitoterápico do Hospital Raphael de Paula Souza que existe há mais de 40 anos e que foi sendo sucateado e que hoje só é capaz de servir chá. Disse que não era só isso que ele produzia, produzia uma quantidade enorme de medicamentos que não eram vendidos, mas sim tinha uma fila enorme de pacientes que iam receber

periodicamente os remédios. E também a marginalização desse entorno de agricultura familiar que tem em nossos maciços e que tem em Vargem Pequena e Vargem Grande, há muito tempo, trabalhadores trabalhando com ervas fitoterápicas. Essas são as questões, não são questões de valores, de verba, da não necessidade de estender e ampliarmos não 200 mas 500, 1000 ou 2000 hectares, de fazer da sua grande fábrica da FarManguinhos. O importante é nos livrarmos deste cartel internacional. Mas é de se pensar porque um Projeto é encabeçado pelo município, e não dinamizar situações do próprio município. **Sr. Ludugério Silva** assumiu a palavra perguntando a Plenária se poderia terminar as inscrições, para as respostas. **Sra. Isaura** iniciou sua fala dizendo que iria começar a responder desde a cadeia produtiva com a agricultura familiar. Disse que participou durante 3 a 4 anos de reuniões com a Profito e tentou envolver os agricultores familiares daquela região, mas que infelizmente não tivemos frutos. Que foi dito pela Plenária que eles continuam produzindo e ela respondeu que na época esses produtores queriam que o município do Rio de Janeiro se responsabilizasse em comprar toda a produção agrícola deles, e isso não é possível. Não podemos escolher um fornecedor e dizer que iremos comprar apenas deste. As discussões foram inúmeras e que participou como palestrante para aqueles agricultores que tem um trabalho excelente mas não tinha e não tem condições de chegar para o produtor e dizer que irá comprar tudo o que for produzido. Isso não foi possível. Disse que conhece o Profito e conhece a Sra. Sandra e todo o Programa que circula pelas universidades, pela FarManguinhos e pelo Instituto Vital Brasil, porque há anos vem na tentativa de realizar inúmeras parcerias, inclusive com o Jardim Botânico. Disse que não ficamos presos na sala apenas tentando fazer gestão da produção de um fitoterápico para uma CAP. Inclusive no início tínhamos dois laboratórios fitoterápico, onde o primeiro foi na Policlínica Milton Alves Cardoso onde era responsável pela produção de fitoterápicos de 1997 a 2008. E o Hospital Raphael de Paula Souza, a maior produção não era neste Hospital, sempre foi na Policlínica e por algumas condições que ocorreram na Policlínica deixou de produzir, teve o laboratório fechado. Hoje, a produção toda é no Hospital Raphael de Paula e Souza e a Sra. Giovana é farmacêutica lá, e neste Projeto, cerca de 330 mil frascos de cremes serão produzidos no laboratório do Hospital. Hoje, o hospital já passou por uma reforma e está de acordo com a Farmácia Vida. Antigamente, tínhamos 7 farmácias produzindo fitoterápicos, não existia uma legislação. O Projeto do Rio de Janeiro está nos moldes do que aconteceu com o Projeto da Farmácia Vida do professor Mattos, lá do Ceará, porque foi lá no Ceará que este tipo de Projeto foi iniciado com o professor farmacêutico Mattos. Então o Programa do Rio de Janeiro tem os moldes do Ceará. O que acontece hoje é que temos várias legislações regulando os setores de plantas medicinais. Disse que trouxe uma outra apresentação em Data Show que continha o laboratório do Hospital Raphael de Paula Souza, mas só tinha meia hora de apresentação e não iria dar tempo. Então cancelou uma parte da apresentação. Argumentou que o laboratório do Hospital Raphael de Paula Souza será o responsável por uma produção porque é referência no município e está no Projeto sim e, quando se lê manipulação de fitoterápico só temos uma área de manipulação que é o laboratório do Hospital Raphael de Paula Souza. Prosseguiu esclarecendo que apenas um fitoterápico, o xarope de Guapo vai ser feito fora do hospital e que será feito no FarManguinhos com registro compartilhado com o Instituto Vital Brasil. A participação do Instituto Vital Brasil se refere à questão do controle de qualidade. Disse que o município não tem condições de fazer o controle da qualidade dos fitoterápicos, de forma como gostaríamos que fosse. E que gostaria que fosse feito de uma forma como é feito a análise de marcadores químicos. O IVB está alocado em Niterói mas é um parceiro nosso e o edital previa

parceria com instituições. Disse que o Hospital Raphael de Paula Souza está aberto a visitas e que a fazenda onde cultivam plantas medicinais é a Fazenda Modelo sim que também está aberta a visitas, inclusive fazemos cursos abertos à população de cultivo básico de plantas medicinais e oficina de plantas medicinais. **Sra. Isaura** mostrou um dos materiais que utilizam nos cursos. Informou que é um Projeto que não é da Secretaria de Saúde mas sim da Secretaria do Meio Ambiente. Se forem hoje na Fazenda Modelo verão que tem vários hectares com plantio de plantas medicinais e que essa semana receberam 60 alunos da UFRJ visitando a fazenda. Acabou esse Projeto do Meio Ambiente e que eram da Saúde, mas está aberto à visita, tanto a farmácia de manipulação quanto a fazenda. De início é dado o Manual Terapêutico Fitoterápico que tem descritos 22 fitoterápicos com informações sobre indicações, fórmula como a planta irá agir no organismo, efeitos colaterais e contra indicações. Quando se inicia um projeto e tem em mente algo muito grande, aos poucos vai vendo que não pode ser assim. Então eram 22 fitoterápicos para as duas farmácias produzirem para o município inteiro, a Policlínica e o Hospital. A Policlínica fechou, teve que encerrar as atividades. O laboratório do Hospital Raphael de Paula Souza continua produzindo e viram que o laboratório conta com apenas 2 funcionários que é a Dra. Giovana, farmacêutica e um auxiliar de farmácia. E como duas pessoas iriam conseguir produzir 22 fitoterápicos para toda a rede municipal, acabou ficando restrita só na CAP 4.0. Qual foi a estratégia escolhida, vimos quais eram os fitoterápicos com maior saída no município e descobrimos que são três: Creme de Erva Baleeira que é para dores ósseo articulares, Creme de Arnica como anti-inflamatório para traumatismo e o Creme de Ureia com calêndula. Foi apresentado para a Plenária um dos produtos produzidos pelo laboratório do Hospital Raphael de Paula Souza, que não produz só planta, dizendo que foi produzido no ano passado. **Sra. Isaura** informou que irão concentrar a produção apenas nos produtos de uso tópico para atender o pé diabético e os processos de dor. E os demais fitoterápicos, o que iremos fazer, ao invés de pararmos de produzir, os outros fitoterápicos de uso oral, vamos iniciar o Projeto de chá que demanda menor mão de obra para produzir e a partir do mês passado, porque o Hospital não produzia chá, produzia fitoterápicos mais elaborados e fechou em três plantas: Carqueja, Erva Cidreira e Cúrcuma como projeto piloto. Será um projeto piloto na CAP 4.0 e, que foi feita uma reunião com os GAPS da CAP 4.0, com os responsáveis técnicos pelas unidades de saúde como forma de divulgar e explicar como será esse Projeto. O Ministério da Saúde desde 2008 inclui na sua lista de atenção básica até hoje, 12 fitoterápicos industrializados. Cada município pode optar por incluir na sua lista de atenção básica ou não. Após análise, nosso município incluiu 6 desses 12 fitoterápicos e estão na rede. Hoje, temos 5 porque um deles que é o Creme de Aroeira, o laboratório quer vender por 80 reais, o que é impossível pelo custo muito alto e foi retirado da nossa lista. Nesse momento, foi apresentado à Plenária os fitoterápicos que estão na rede. **Sra. Isaura** disse que o boldo será incluído no Projeto piloto. Em relação a fiscalização do Projeto que foi questionado, respondeu dizendo que é a responsável pelo Projeto por estar representando a Secretaria junto com a Dra. Maria Cristina e que serão as responsáveis com mais duas pessoas pela fiscalização do Projeto. Informou que a própria Vigilância Sanitária e o Ministério que vem nos cobrando o preenchimento de um sistema chamado ECAP, que esse sistema está monitorando todos os Projetos do Brasil relacionados a esse tema. Inicialmente iríamos apenas apresentar relatórios anuais mas depois o Ministério achou melhor criar um sistema para monitorar este Projeto que será acompanhado pelo Ministro. Palestrante que não se identificou informou que no folheto que passaram onde tem os fitoterápicos industrializados, tem-se na equipe os profissionais médicos que capacitam os

médicos que ficam na ponta nas unidades da Saúde da Família e Centro Municipal de Saúde na rede básica. Disse que são capacitados com estes medicamentos industrializados e manipulados para que possam prescrever. **Sra. Helena** assumiu a palavra respondendo que a contrapartida de 800 mil da Prefeitura não é financeira mas sim da utilização de estrutura de todos os parceiros e os recursos humanos. E que estão previstas 10 qualificações, sendo 4 para cada 30 farmacêuticos, 4 para cada 30 profissionais gestores e 2 para os agricultores familiares. Deixou claro que o Projeto de Fitoterapia do município irá continuar existindo e que este Projeto é importante para implementar o que já está acontecendo aqui. O recurso é muito pequeno e temos que captar mais e com a aprovação do Ministério consegue aplicar em outros editais. Porque 1 milhão não é nada comparado a quantidade de objetivos que se pretende alcançar. **Sr. Ludugério Silva** disse que está bem esclarecido e que a Plenária está satisfeita com a explicação. Agradeceu a presença de todos que vieram de Nova Friburgo e informou que também é Friburguense e que conhece bem o trabalho deles. Prosseguindo, colocando em processo de votação o Projeto pedindo quem aprova levante o crachá, os contrários e as abstenções. **O Projeto foi aprovado pela maioria simples.** Nesse momento, houve um princípio de confusão causada por Conselheiro na Plenária que se absteve de votar mas que insistiu da possibilidade de declaração de voto. A Mesa abriu espaço e foi dada a palavra ao **Sr. Adelson** que assumiu a palavra dizendo que é a favor dos 500% para remédios tradicionais da fitoterapia. Que é a favor da extensão da plantação e eliminação de 100% da alopátia desses remédios. Disse que o Projeto foi aprovado pelo Ministério e seria uma incongruência o mesmo não ser aprovado aqui. Disse que aprova o Projeto mas com essas ressalvas. Disse que o próximo que vier tem que se colocar as fronteiras, o próprio município sendo o responsável enquanto a resposta do Hospital Raphael de Paula Souza que tem apenas uma farmacêutica e uma auxiliar de enfermagem para a manipulação. E afirmou que estão fechando o Hospital, com pessoas envolvidas diretamente com o laboratório desde 1970 a 2000. Agradeceu a apresentação e seguiu a reunião para o próximo item. **Sr. David Salvador** assumiu a palavra dando início ao item **4) Eleição da Comissão Executiva e Substituto do Presidente do Conselho Municipal de Saúde: 4.1 - eleição da Comissão Eleitoral (10/12/2013); 4.2 - aprovação do Regimento Eleitoral (17/12/2013); 4.3 - eleição da Comissão Executiva e substituto do Presidente do CMS (07/01/2014).** Prosseguindo, disse que como todos sabem todo ano é realizada a eleição da Comissão Executiva e do Substituto do Presidente do Conselho Municipal de Saúde. A eleição para Presidente e os representantes dos Conselhos Distritais para o Conselho Municipal é feita de 4 em 4 anos. A intenção desta eleição anual é que haja uma rotatividade maior das pessoas da Comissão Executiva e que tomem mais experiência, crescendo dentro das questões do Controle Social. Cada Conselheiro, e aí não é a entidade, só pode ser reconduzido uma única vez no mandato. Como cada Conselheiro tem o mandato de 4 anos, ele pode por duas vezes participar da Comissão Executiva, seja de forma consecutiva ou não, podendo ser no primeiro e terceiro ano, ou no primeiro e último, sendo importante que só poderá ter uma recondução. Hoje, a tarefa que precisa ser feita é a eleição da Comissão Eleitoral. A Comissão Executiva discutiu, estudou melhores datas e vendo a questão de final de ano, pensou que seria melhor realizar a eleição no dia 7 de janeiro de 2014, logo no início do ano. Não é o correto, porque está vencendo o prazo que seria em dezembro. Propôs que para o próximo ano possa se fazer à eleição em novembro e não avançar com esta eleição para depois. As pessoas eleitas irão tomar posse a partir de 1º janeiro. Assim como as eleitas em 7 de janeiro que terão o mandato retroativo a 1º de janeiro. Continuou dizendo que tem que ser eleito hoje dois representantes dos usuários, um representante do profissional de

saúde e um representante do gestor para compor a comissão eleitoral. Estes ficariam encarregados na questão do Regimento Eleitoral e trarão para a aprovação aqui no Colegiado. Preparar toda a eleição que será no dia 7 de janeiro de 2014. Disse que conversando com alguns Conselheiros, viu-se que são realizadas duas eleições desse tipo, com o Regimento Eleitoral, já que da última vez, a única coisa que foi mexida no Regimento Eleitoral foram as datas. A proposta então era de se fazer uma reunião extraordinária apenas para aprovar o Regimento Eleitoral no dia 17 de dezembro. Disse que pensou no porque não era aprovado o Regimento Eleitoral antigo apenas com as datas modificadas que poderiam ser feitas hoje mesmo. Todos conhecem o Regimento e, essa mesma Plenária participou da última eleição eleitoral. Disse que não houve modificação nenhuma no Regimento. E, acredita que gan-

hariam tempo. Caso precisassem em fazer alguma reunião extraordinária será por outro motivo e não por esse. Perguntou então qual seria o esclarecimento pedido pelo Sr. João. Foi dada a palavra ao **Sr. João** dizendo que foi falado que a participação do Conselheiro tem limitação. Então perguntou se a entidade não tiver um representante para substituir, ela fica alijada do processo Disse que isso irá quebrar a paridade e será um problema para o Conselho. Perguntou se não acha que esta impossibilidade da recondução do Conselheiro é complicada. **Sr. David Salvador** respondendo informou que não acha porque há outras entidades que poderão, pois se uma não poder coloque a outra, se aquela entidade não tem representante, não deveria em estar no Conselho. Disse que inclusive a recondução é do Conselheiro, isso não impede da entidade estar lá de novo com outro representante e continuar na Comissão Executiva. Por exemplo, os representantes do Sindicato dos Farmacêuticos já esteve por duas vezes na Comissão Executiva; não tem o menor problema se vier uma terceira vez desde que seja com outro representante dos farmacêuticos. A intenção é dar experiência a todos os Conselheiros e não aos Sindicatos. Passou a palavra de volta para Mesa para haver a escolha dos voluntários. Mesa informa a Plenária que do segmento dos usuários se candidataram a **Sra. Maria Alice Gunzburger e o Sr. Gilberto Souto da Silva**. Mesa indagou então se os usuários concordavam com estes representantes. **Os usuários presentes na Plenária concordaram com as indicações**. Passou então para a escolha do profissional de saúde. Foi sugerido o nome do **Sr. José Liporage Teixeira**, representante dos Farmacêuticos. **Os profissionais de saúde presentes na Plenária concordaram com a indicação**. Por fim a escolha do gestor. Foi sugerido nome do **Sr. Rogério Marques Gonçalves**. **Os gestores presentes na Plenária concordaram com a indicação**. A Mesa então informou a Plenária a composição da Comissão Eleitoral: Sra. Maria Alice Gunzburger, Sr. Gilberto Souto da Silva, Sr. José Liporage Teixeira e o Sr. Rogério Marques Gonçalves. Em regime de votação, levantem os crachás, os contrários e as abstenções. **Aprovada pela maioria simples a Comissão Eleitoral composta pela Sra. Maria Alice Gunzburger Costa Lima, Sr. Gilberto Souto da Silva, Sr. José Liporage Teixeira e o Sr. Rogério Marques Gonçalves**. Dando prosseguimento, sobre a data da eleição, a Mesa indagou a Plenária se todos estariam de acordo com o dia 7 de janeiro de 2014. Em regime de votação, levantem os crachás, os contrários e as abstenções. **Com um voto contrário foi aprovada pela maioria simples a data de 07 de janeiro de 2014 a realização da eleição da Comissão Executiva e do Substituto do Presidente**. Com relação ao Regimento Eleitoral, em processo de votação os Conselheiros que o aprovam usando como referência o da última eleição com modificação das datas aprovadas hoje, levantem os crachás, os que não concordam e as abstenções. **Aprovado o Regimento Eleitoral anterior com a data de eleição para o dia 7 de janeiro de 2014 pela maioria simples**. A Mesa

informou que posteriormente a Comissão Executiva entrará em contato com a Comissão Eleitoral para começarem os trabalhos. **Sr. Ludugério Silva** passou ao item **5) Comissões do Conselho Municipal**. Foi inicialmente chamada a **Comissão de Saúde do trabalhador, Comissão de Saúde, Comissão de Orçamento e Finanças, Comissão de Gêneros, Raças e Etnias, Comissão Especial para Acompanhamento de Eventos de Massa, Comissão de Educação Permanente, Comissão de DST/AIDS**, sem informes. **Comissão de Saúde Mental, Sr. Adelson** assumiu a palavra informando que neste mês recebeu um processo da plenária anterior, referente ao mês de novembro, em que o mesmo refere-se a um processo de Saúde Mental, que foi entregue para ser dado um parecer. Este processo trata-se de duas variáveis. Primeiro diz respeito a instituição que queria uma reclassificação do nível 3 para o nível 1, conforme a Normativa do Ministério da Saúde. E o segundo problema que para ele foi o que precisou ser visto, era as condições das pessoas internadas que eram 159 na Clínica Humaitá. Prosseguindo disse que fizeram um parecer em relação a omissão de todo o processo discutindo os aspectos financeiros, se pode ser enquadrada ou não, deixando de lado uma gama de informações referente as condições dos internos. Fizeram um parecer que acabou batendo na AP. 4.0. Que foi reunida a Comissão de Licitação e foram diretamente fazer a visita. São essas as razões que fazem acreditar que é preciso que se leia o processo sim. As pessoas defendem que seja da parte do gestor, usuário e profissional. Não lêem o processo e se lêem fazem por alto e não veem o que está escrito que é importante. Não precisamos dizer se é bom ou ruim, mas que o processo seja lido e apurado. Na realidade, essa foi a ação inicial e tivemos uma reunião sobre isso e pedimos que passassem de agora em diante a examinar todos os processos que venham para a plenária. Que todos, usuários, profissionais e gestores se atentem para o parecer e leiam os pareceres e escrevam o que pretendem falar. Agradeceu finalizando. **Sr. Ludugério Silva** continuou a reunião com o item **6) Informes da Secretaria Executiva do Conselho**, passando a palavra para o Sr. David Salvador. **Sr. David Salvador** iniciou seu informe dizendo que seria um informe rápido e falou que os Conselhos Distritais também abriram suas eleições para Comissão Eleitoral. Disse que alguns estarão fazendo as eleições em dezembro e outros farão em janeiro de 2014. Perguntou ao Sr. Mauro se estariam realizando reunião para aprovação do Regimento Eleitoral e com a afirmativa perguntou se também está sendo eleita a Comissão Eleitoral e foi dito que iria ocorrer no dia 14 de dezembro de 2013. Os Conselhos das AP's 3.1 e 3.3 irão realizar a eleição em dezembro nos dias 17 e 18 respectivamente. A AP 4.0, 1.0, 2.2 e 5.3 irão realizar suas eleições em janeiro de 2014. O Conselho Distrital de Saúde da AP 2.1 irá fazer em fevereiro. Disse ainda que a Secretaria Executiva encaminhou uma circular pedindo que os Conselhos passem essa informação de maneira mais formal para que tenhamos documentos do Conselho para que se houver qualquer problema, estarmos explicando. Outro informe é que o Conselho Municipal foi convidado pela Câmara Municipal do Rio de Janeiro para participar da entrega conjunta de medalhas de mérito Pedro Ernesto, ao Hospital Municipal Salles Neto no dia 16 de dezembro de 2013, às 10 horas. Prosseguindo, disse que o hospital receberá essa homenagem. Conselheiro na Plenária que não se identificou questionou que o hospital estaria fechado. **Sr. David Salvador** respondeu que está lendo o que foi passado e que lia o convite na íntegra que diz o seguinte: "Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal do Rio de Janeiro Vereador Jorge Felipe, por iniciativa ao Excelentíssimo Vereador Paulo Pinheiro tem a honra de convidar para a sessão solene de entrega do conjunto de medalhas de mérito Pedro Ernesto ao Hospital Municipal Salles Neto a realizar-se no dia 16 de dezembro de 2013 às 10 horas. O Plenário Teotônio Vilela, Palácio Pedro Ernesto,

Praça Floriano, s/nº, da Cinelândia, Rio de Janeiro.” Prosseguindo disse que quem receberá a homenagem será o Hospital Salles Neto e que apenas recebeu o convite para o Conselho, finalizando sua fala. **Sr. Geraldo Batista** assumiu a palavra dizendo que o seu informe é que gostaria de fazer um pedido aos companheiros universitários sobre a reunião do Fórum de Saúde da UERJ, pois já participou muitas vezes e que acontecerá às 18 horas e 30 minutos na próxima quinta-feira (12/12/2013) no 9º andar, Auditório B. E o outro informe é que na última plenária na Cidade das Crianças foi reunida mais de 200 lideranças comunitárias, entre associações de moradores e profissionais da área, para apresentação do Projeto da área onde irá ser construída a FarManguinhos e que para se ter uma ideia são 78 mil metros quadrados, onde cabem mais ou menos 2 ou 3 fundações lá dentro e toda a comunidade de base na cooperação e reivindicações que foi encaminhada as questões primeiramente do Meio Ambiente porque fica numa área próxima aos Rios São Francisco e Guandu que fornece água para o município do Rio de Janeiro. O Projeto foi discutido e solicitaram o apoio do Ministério Público do Meio Ambiente para não dizer que são corporativistas e, realmente é uma empresa a questão não é nossa. Parece que a BioManguinhos irá se tornar uma empresa. Mas salientou que o movimento comunitário unido e não corporativista e não são os vendedores do gás e nem os donos do gás porque na realidade não são donos de nada. São realistas e vivenciam e que querem sim o Projeto para sua área. Disse que já foi falado que as associações de moradores são donas do gás dentro das favelas. Isso é um desabafo para saberem a que ponto estão sendo tratados, não apenas como lideranças comunitárias mas como milicianos ou traficantes. Acabamos sendo descartados dessa maneira. O controle social está sendo pisoteado e esmagado não só pela mídia mas pelo governo e também pelas pessoas que dizem que querem nos orientar e trazer o entendimento. Informou ainda que passou um ano dentro de uma Executiva ouvindo isso, ouvindo que é dono do gás, que é dono disso, e daquilo e na realidade cobra a saúde, educação e segurança que são direitos garantidos na Constituição Federal. O debate foi entorno disso e solicitou ao Ministério Público do Meio Ambiente e da Saúde que nos capacite para fiscalizarmos o que será feito lá para não deixarmos acontecer o que aconteceu com o CTR, onde conseguimos derrubar o lixão, sem a participação de nenhum sindicato, de nenhum político para retirar o CTR que seria o lixão em Paciência. Assim como foi a luta para não deixar a CSA se instalar. Porém, mais uma vez foram esmagados pela mídia por isso. Não são donos de gás e não são poderes constituídos dentro da comunidade, são apenas representantes. Porque uma bala de revólver custa R\$ 3,75 e vivenciam isso dia a dia. Tem que vivenciar, pisar na lama para ver o que é ser comunidade. Finalizou o seu informe desejando a todos um Feliz Natal e um Próspero Ano Novo. Disse ainda que está se despedindo da Comissão Executiva com muita honra por ter representado esse que é um movimento realista, que é um movimento comunitário constituído dentro do Rio de Janeiro. Agradeceu a todos. **Sr. Ludugério Silva** deu prosseguimento para o próximo item **7) Informes do Colegiado**. Foi dada a palavra ao **Sr. Gilberto, Presidente da FAFERJ**, disse que foi muito bom estar com eles ao longo desses anos todos e que no ano que vem não estará mais representando a FAPERJ, pois estará voltando para o Conselho Distrital para trabalhar com a Sra. Fátima e provavelmente virá outro representante da FAPERJ para cá. Que é muito puxado e também gratificante e o que se leva disso é a amizade de todos. Disse que ficou muito feliz em conhecer várias pessoas desse Conselho, ainda que talvez volte ou não, mas que está muito feliz de ter tido esse tempo com todos. Desejou um Feliz Natal e um Próspero Ano Novo. **Sra. Edileuza** iniciou dando boa tarde a todos e que gostaria de dar um informe que em sua comunidade, a Rocinha, no próximo dia 23, será instalada uma Delegacia de Polícia

e vamos ver se as coisas melhoram. Por que do jeito que está só “Jesus na causa”. Disse que a comunidade está torcendo para que melhore porque o que se vê é que colocam situações para a gente, tipo a situação que o colega citou, e que é verdade, somos simplesmente causas de muitas situações difíceis que são de outros poderes e quem leva a culpa somos nós. Vamos ver se essa nova Delegacia de Polícia, que não é a UPP, mas sim uma delegacia. Agradeceu. **Sra. Maria de Fátima Lopes** iniciou o seu informe dizendo que por ser a última reunião de 2013, gostaria de desejar um Feliz Natal e um bom Ano Novo para todos. Prosseguindo, disse que chegou na AP 3.1, após ter ido para a AP 2.0, o Projeto para Residência Terapêutica na qual foi aprovada com ressalva, pois a residência ficaria no Méier, portanto na AP 3.2 e o CAPS responsável era na AP 3.1. Que gostaria de informar que a ressalva já foi concluída e que a residência terapêutica foi alocada na área da AP 3.1, na Rua Bias Fortes, 75 – Olaria. Disse ainda que é essa a pendência, e por isso, acredita que não se deve reprovar um processo mas sim aprová-lo com as ressalvas. Isso dá o direito de depois você reivindicar ou não. Disse que também está no momento dos Conselheiros, que aprovam processos e, que está na hora de começar a rever os convênios. Porque tem convênio que podemos confiar, e outros que não podemos. Por isso os Presidentes de Conselhos Distritais em sua reunião, solicitaram o contrato da APACONJUM, onde solicitaram ao Conselho Municipal, através da Comissão Executiva, e já foi providenciado e distribuído hoje para os Presidentes terem acesso aos novos projetos que estão por vir. Informou ainda que o Hospital Federal, mas uma vez está na mídia, não por culpa de profissionais e nem da direção, mas por culpa do Ministério da Saúde que está congelando todo o processo de insumos na rede federal, estão sucateando toda a rede federal. O ponto principal é que foi todo regulado, até o laboratório simples para consulta e está no colo da Secretaria Estadual de Saúde. Nem o próprio hospital tem acesso e fica muito ruim o entorno, com pessoas morrendo esperando o exame e a consulta, e os profissionais precisam esperar ser regulado e o processo de regulação está parado na Secretaria Estadual de Saúde. Agradeceu, finalizando sua fala. **Sra. Miriam Andrade** antes de dar o informe quis dar os parabéns porque os Conselheiros estão cumprindo o seu papel. Mesmo que algum de nós se sinta às vezes atacado pessoalmente e não é. A importância do que foi falado aqui hoje é para estarmos atentos e não só agora, mas sempre vemos os processos, chegar um pouco mais cedo e ler o processo todo, mesmo que alguma AP tenha aprovado ou não. Até pedir justificativa a AP dos porquês do processo, mas para isso é preciso lê-los como foi dito pelo companheiro. Parabenizou o Conselho que realmente tem que ter maturidade, por muitas vezes levar a crítica para o lado pessoal por estar vivendo determinada situação. Não há nada de pessoal, a análise é técnica. Pediu aos Conselheiros que no ano que vem tenham mais maturidade para avaliar os processos, ganhar um tempo dentro da sala do Conselho e ler para chegar aqui bem mastigado. O companheiro Adelton falou da importância disso e que reafirma porque é isso que precisam fazer. Falou sobre o movimento de hoje, com um ato público no Hospital Souza Aguiar pela Campanha salarial 2013 - nível superior 10 mil; Nível médio 5mil: Plano de Cargos, Carreiras e Salários; Concurso público para servidor estatutário de todas as categorias: 7.500 vagas; Fim das privatizações da saúde; Respeito ao mandato sindical e fim das punições; Paridade ativos e aposentados; Reconhecimento e regulamentação de todas as profissões da Saúde na Secretaria Municipal de Saúde e Condições de Trabalho. Disse que é uma luta antiga, todos os sindicatos estiveram presentes, o sindicato defende a categoria, e estão fazendo o nosso papel. Disse que queria deixar registrado em ata que lamentavelmente Conselheiros, os gestores das unidades vem se negando a ceder o Auditório para fazermos nossas reuniões. Na Resolução de 2011 foi revogado que podemos usar o auditório desde que tenha dia,

horário e seja falado com antecedência de oito dias. Temos encaminhado ofício com antecedência, informando a pauta e a resposta é categoricamente não. E categoricamente isso é ilegal. **Sra. Miriam Andrade**, disse que o Sindicato dos Técnicos e Auxiliares de Enfermagem está entrando na justiça contra isso. Tendo base o panfleto informando o culto no Auditório do CASS, então a lei serve para um, mas não serve para outro. Disse que a discussão que se deve ter dentro de um auditório é sobre credenciamento, orçamento de RH, condições de trabalho porque deflagramos isso, é o mesmo assunto. Disse que está vivendo um momento de ditatorial. O diretor do Hospital Souza Aguiar que nunca deveria ter sido diretor pelo sofrimento que já causou quando estava no Hospital Salgado Filho, que é uma vergonha. Disse que está fazendo lamentavelmente este registro porque irão encaminhar essa questão ao Ministério Público e vão entrar com uma ação. Como pode o gestor não permitir a utilização do auditório para as questões do servidor, como acumulação, 30 horas, 25 anos de aposentadoria, condições de trabalho, são assuntos do servidor. Disse ainda que quando entrou como servidora teve dentro do hospital municipal um momento onde tinham que informar ao Plenário dos admitidos, os seus direitos. E, é o que estão fazendo. Disse ser lamentável essa situação que os gestores tem feito e é lamentável ainda que quando conversaram com o Sr. Marco Esser, ele nos informou que eles estariam completamente enganados e que ficaria registrado. Porque pela Resolução de 2011 podemos fazer sim. Disse que fizeram à reunião na rua por conta do ditador que é o Dr. Igor Fernandes. Lamentou o que o gestor está fazendo e disse que a ação já está no Ministério Público e que estará entrando com uma ação civil, porque a lei é única e não pode haver diferença. Pediu desculpas, mas precisava dar esse informe. **Sr. Milton Lima, representante da AP 2.1**, disse que em primeiro lugar queria cumprimentar o Secretário Executivo pelo excelente trabalho que fez durante o ano e o parabenizou. Em segundo lugar queria levantar uma questão que no Conselho existem diversos cargos e que todos são importantes como a Comissão Executiva, o Substituto e até o comparecimento sem credencial nenhuma é uma grande honra a pessoa vir apenas participar. Disse que todos que estavam presentes são honrados, mesmo sem título nenhum. Disse que gostaria de solicitar a Comissão de Educação Permanente que coordenasse e verificasse a possibilidade de ensinar como o Presidente do Conselho precisa coordenar as atividades do Conselho Municipal de Saúde, quais são as atividades. Porque nossos presidentes acabam sendo sempre os Secretários e os Conselheiros acabam acreditando que não conseguiriam ser Presidente e que o Presidente tem que ser o Secretário. Ensinar como trabalha o Presidente. Disse que o Tribunal de Finanças do Estado informou que não é ilegal o Secretário, mas é inconveniente porque vincula o Conselho. Disse então que esse curso poderia esclarecer o que são as atividades do Presidente do Conselho Municipal, para evitar que os Conselheiros achem que não podem se candidatar ao cargo porque não possuem título. E isso, não tem significado nenhum porque o Secretário ser Presidente e nada, é a mesma coisa. E para concluir, que gostaria de perguntar ao Secretário sobre o artigo 42 do Regimento Interno ainda está em vigor, porque ninguém respeita esse artigo nos itens 5, 6 e 7 que fala sobre a ausência dele no Conselho e o tratamento com desdém para conosco, porque não comparece a reunião e acredita que tem prestígio porque é autoridade. E todos os outros comparecem. Nesse momento, houve muita interferência na fala do Sr. Milton Lima, causada por membros do Colegiado que o questionaram. Sr. Milton Lima finalizou dizendo que de acordo com o artigo 42, parágrafo 5 queria saber se está vigente. Foi dada a palavra ao **Sr. José Liporage** dizendo que queria desejar um Feliz Natal e um Próspero Ano Novo a todos e agradecer a todos este tempo que ficou na Comissão Executiva. Disse que ano que vem estará aqui no Colegiado mas o tempo

na Executiva não é muito levado em conta. É preciso estar uma semana antes para participar da reunião da Comissão Executiva e outra para o Colegiado, então é um pouco mais puxado. Ainda mais para quem trabalha, ainda mais quando se dedica a vir antes para poder ver as propostas e poder realmente estar interferindo. Disse que todos estão aqui não apenas com a preocupação profissional mas sim porque se preocupa com a sociedade. Que se incomoda com cada coisa que se vê fora do lugar. Estamos aqui por amor, a gente, à nossa família e a sociedade. E que até o clima de Natal e Ano Novo deveria entrar no coração de todo mundo. **Sr. Romano** disse que depois do bombeiro jogar água, que estava vindo com a gasolina de volta. Primeiro colocou que no dia 5, tomou posse mais uma vez no Sindicato dos Médicos e estará como Diretor nos próximos 3 anos e que a mesma situação do Sindicato dos Farmacêuticos e poderíamos ser reconduzidos mas decidiu que deverão fazer rodízio na Comissão Executiva e que acreditam ser bom esse rodízio, e que outros dois Sindicatos irão nos representar na Comissão Executiva. Disse que tem que agradecer muito ao Sr. José Liporage que como representante dos profissionais de saúde nesses dois anos em que agiu com muita firmeza e tranquilidade, e que nos momentos mais difíceis quando os servidores não foram respeitados aqui dentro nem pela própria Secretaria. Disse que o Sr. Liporage teve uma postura ética e digna, e que deveria permanecer. Disse ainda que teve realmente durante este ano na Comissão Executiva, tendo que se ausentar de algumas reuniões, porque está trabalhando retaliado por esta Secretaria e agradeceu a Sra. Laura que o substituiu e sua disponibilidade de vir diversas vezes na reunião para não deixar que o Sindicato dos Médicos, apesar da repressão não deixasse de comparecer. E queria dizer a Sra. Miriam Andrade que o Diretor pode te proibir, fechar as portas e fazer o que ele quiser, mas que todos sabem muito bem que na Secretaria que esses diretores não são diretores de carreira, que entram pela porta da frente por concursos e que podem chegar nos gestores e falar que o hospital está ruim, sem medo de falar porque vai ser demitido. Infelizmente esses diretores das nossas unidades tem medo, se acovardam e por isso esses diretores não falam a verdade e o que o Secretário não quer ouvir. Disse que talvez o Secretário, e pediu muito respeito ao Sr. Ludugério Silva, que é um grande colega e tem segurado esse Conselho porque a tarefa dele e temos que reconhecer, que se o Conselho não morreu foi porque o Sr. Ludugério Silva teve uma participação importante. Mas há de se lamentar Sr. Ludugério Silva, porque o Secretário de Saúde não vem a este Conselho porque ele não quer ouvir que está fazendo uma péssima gestão, a verdade é essa, ele só quer ouvir palmas e uma plateia que possa elogiá-lo o tempo inteiro. E ele tem esses diretores que ficam assentados esperando acumular. E é uma coisa que espera que na Mesa de Negociação que um dia volte e que acabamos com isso dentro do serviço público do município do Rio de Janeiro que é a acumulação porque o “cara” está com direção. Isso foi criado na época do Gazolla, e que com todo o respeito que tem pelo Gazolla, mas foi feito para que todos os servidores ficassem de joelhos para a gestão, para que não se questionasse para acumular para a sua aposentadoria. E isso não é legal e tem que ser revisto. O cidadão tem que ficar por mérito numa direção, tem que ser eleito para a direção, finalizando sua fala. Nesse momento, a Mesa concedeu a palavra para a **Sra. Margarida Frouf, presidenta do Conselho Distrital de Saúde da AP 3.3** que pediu para ser inscrita porque queria agradecer a Secretaria do Conselho Municipal do nosso município do Rio de Janeiro que disparou a coisa de duas semanas uma capacitação que aconteceu de 16 horas de ontem e hoje, pelo Tribunal de Contas do Estado, onde aprenderam e se aprimoraram nas questões de licitações públicas e orçamento público. E muito lamenta não estar presente lá o Controle Social, a Sociedade Civil, onde 90% dos participantes inscritos eram do poder público. E que

fica muito triste porque enquanto Sociedade Civil temos que estar de fato capacitados, compreendidos no que são as questões dos orçamentos o que é a licitação e acabamos sendo literalmente engolidos pelo poder público nessas questões. Na sexta-feira foi enviado pelo Sr. Ludugério Silva, o convênio da APACONJUM e estão desde março com os dois processos das RT parados porque queremos compreender a forma disso. Disse ao Secretário Executivo e ao Presidente Substituto com essa capacitação que a AP 3.3 recebemos onde também tem resposta das licitações e contratos administrativos e, que vai ficar muito mais apropriado para que possa estar de fato socializando isso na área da AP 3.3. Mas o que mais lamenta, Sr. Secretário Executivo e Sr. Presidente, é a ação do descaso do poder da Sociedade Civil sendo massacrada pelo poder público nessas questões. Pediu ao companheiro e irmão da Sra. Maria Alice, que é lamentável quando queremos lutar e não temos força porque o poder público não nos permite. **Sr. Ludugério Silva** assumiu a palavra dizendo primeiramente agradecendo a todos que o ajudaram e colaboraram para conduzir o trabalho e que só tem a agradecer. E que os que vão ficar muito grato e que na verdade são aqueles que estão representando lá na ponta. Disse ter a certeza do dever cumprido. E que seu informe é em cima do que acabou de dizer, que no último dia 5 estava presente a Sra. Maria Alice, Sra. Fátima Lopes, Sra. Margarida e o próprio Silva à Audiência Pública no Ministério Público sobre o processo de acolhimento e regulação e, todos tiveram a oportunidade onde foi aberto, que foi difícil às pessoas entenderem que não era o momento de ficarem fazendo defesa porque já tinham um edital que às 17 horas iria abrir para todos falarem. Finalizou dizendo que só espera coisa boa, um 2014 muito melhor que 2013, que tenhamos muita saúde, muita paz, muita perseverança em um ano de eleição e que esperamos que as coisas se modifiquem. E que tem muito a agradecer na sua área e no papel que exerce porque avançaram bastante na ajuda à população. Está convicto que precisa melhorar e precisa de ajuste, mas avançaram. Agradeceu e encerrou a reunião, dizendo até 2014. E, não havendo mais nada a ser informado foi terminada a reunião cuja ata eu **Wagner Ubiratan Candido Alves** dou por lavrada e assino em conjunto com o **Sr. Ludugério Antonio da Silva**, como substituto do presidente deste Conselho Dr. Hans Fernando Rocha Dohmann.

Wagner Ubiratan Candido Alves

Ludugério Antonio da Silva